

**HABEAS CORPUS Nº 570.032 - BA (2020/0077948-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**IMPETRANTE** : GILSON CERQUEIRA SANTOS FILHO  
**ADVOGADO** : GILSON CERQUEIRA SANTOS FILHO - BA053015  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA  
**PACIENTE** : MARIA DA GLORIA SANTANA GONZAGA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de MARIA DA GLORIA SANTANA GONZAGA, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

O Tribunal local, em decisão rarefeita, ao denegar o pedido liminar formulado no *writ* originário de n. 8006953-28.2020.8.05.0000, manteve a segregação cautelar da ora paciente, decretada pela autoridade coatora da localidade.

Consta dos autos a prisão em flagrante da paciente, em 19/01/2019, ulteriormente convertida em preventiva, decorrente da prática do delito capitulado no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06, já reconhecida em sentença, onde restou mantido o cárcere processual guerreado e condenada à pena de 7 (sete) anos de reclusão, em regime inicial fechado, decorrente da "reincidência específica" (fl. 59), acrescida do adimplemento de 700 (setecentos) dias-multa.

Sustenta o impetrante a ocorrência de constrangimento ilegal, uma vez que a segregação cautelar da paciente, com quadro de hipertensão, gordura no fígado e portadora de hapatite, tipo B, mãe de menores impúberes, além de não estar permeada pela prática de crime violento ou com grave ameaça, não preenche - como *ultima ratio* - os requisitos autorizadores do cárcere processual, nos moldes dos arts. 282, § 6º, 312 e 315, todos do CPP, estando, ainda, em franco descompasso ao art. 4º, inciso I, da Recomendação CNJ n.º 62/2020, adstrita ao novo e periclitante contexto determinado pelo Covid-19.

Nesse panorama, roga o impetrante pela revogação da prisão preventiva alhures, expedindo-se em favor da paciente premente alvará de soltura e, na sequência, seja-lhe concedida a liberdade provisória, mediante a cominação de medidas cautelares alternativas, não prisionais, como o monitoramento eletrônico, nos moldes do art. 319 do

# Superior Tribunal de Justiça

CPP ou, ainda, prisão albergue domiciliar.

É o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. SÚMULA 691/STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE. SUPERAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PRISÃO DOMICILIAR. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO. 1. **Nos termos do Enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, não é cabível *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão singular, sob pena de indevida supressão de instância.**

[...] (HC n. 486.900/SP, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 26/2/2019.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF:

Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete sumular.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21-E, IV, c/c o art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.**

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente